



A imprensa da independência e do primeiro reinado: engajamento e mercado

Ana Paula Goulart Ribeiro
Professora ECO/UFRJ

Há uma tendência clara na historiografia a opor a imprensa político-panfletária, difusora de idéias, à imprensa industrializada, vendedora de notícias e espaço comercial. Estariam representados, aqui, dois modelos de jornalismo, um de opinião e outro informativo, que corresponderiam grosso modo a duas fases distintas da história da imprensa no Brasil. A primeira diria respeito à imprensa predominante no período que vai de 1821 a mais ou menos 1880/1890, e a segunda, àquela hegemônica no período posterior.

É claro que esta periodização – que opõe, de um lado, os jornais de opinião e, de outro, os jornais informativos – aponta para tendências e aspectos estruturais importantes do desenvolvimento da imprensa brasileira. Mas, como toda periodização, ela apresenta também problemas quando submetida a um exame mais minucioso. A proposta deste trabalho é justamente problematizar essa periodização já tão consagrada. A idéia não é negar a sua validade, mas trazer para a discussão elementos que a complexifiquem.

É indiscutível que a imprensa hegemônica que se desenvolveu no período da independência e do primeiro era essencialmente político-panfletária. Mas é preciso levar também em conta que, ao lado dos periódicos engajados, panfletários, efêmeros, já havia alguns jornais mais independentes, mais estáveis, informativos e organizados a partir da lógica de empresa.

A existência desses periódicos já na primeira metade do século XIX nos faz pensar sobre o seu estatuto no interior da imprensa da época. O que significava esse tipo de jornal? O que impulsionava a sua produção? Quem eram seus leitores? Como eles sobreviviam no mercado de então? Podemos considerá-los exceções que confirmam a regra? Ou será que essas publicações podem ser consideradas indícios de uma maior complexidade e diversidade no interior da dinâmica de funcionamento da imprensa no período?

Duas fases, duas imprensas



Com o fim da censura prévia à imprensa, em 1821, multiplicam-se os números de publicações a circular no Brasil. Houve um verdadeiro surto de panfletos e pequenos jornais, reflexo direto das condições políticas que – no contexto da independência e, mais tarde, do primeiro reinado – exacerbam a participação e militância das elites e de alguns setores das classes médias urbanas.

O jornalismo que se desenvolveu, nesse momento, como não poderia deixar de ser, tinha características muito específicas: era profundamente ideológico, militante e panfletário. Seu objetivo, antes mesmo de informar, era tomar posição, tendo em vista a mobilização dos leitores para as diferentes causas. A imprensa, um dos principais instrumentos da luta política, era essencialmente de opinião.

Os jornais funcionavam como tribunas ampliadas. Todos tinham engajamento ideológico e compromisso doutrinário. Redigidos em geral por uma única pessoa, eram quase sempre vinculados a alguma liderança ou facção política. Os jornalistas eram publicistas e, algumas vezes, verdadeiros agitadores. Esse é o período em que, na imprensa, figuravam nomes como Frei Caneca, Cipriano Barata, Evaristo da Veiga, Gonçalves Ledo, José da Silva Lisboa, Januário Barbosa e Luiz Augusto May.

A linguagem, tanto dos jornais de oposição quanto dos governistas, era em geral extremamente agressiva e virulenta, marcada que estava pela paixão dos debates e das polêmicas. A agressividade da imprensa – seja oposicionista ou governista, liberal ou conservadora – era reflexo do clima de exaltação e luta que marcou o processo da independência e o primeiro reinado.

Havia, nesse momento, um grande número de publicações, mas a maioria possuía estrutura produtiva bastante artesanal, empregando em geral prensas tipográficas rudimentares. Eram publicações de formato pequeno e muito irregulares na sua periodicidade. Tinham, além disso, vida efêmera. Era comum jornais tirarem um ou dois números e, depois, desaparecerem. Ou saírem durante algum tempo, sumirem e, anos depois, voltarem a circular.

A irregularidade e efemeridade da imprensa desse período diz respeito ao seu próprio papel social. Como estavam ligados às lutas do seu tempo, os jornais seguiam a dinâmica dessas lutas. Eram guiados, portanto, por uma lógica conjuntural. Os periódicos apareciam e desapareciam conforme os conflitos nos quais estavam envolvidos iam se configurando ou reconfigurando.

Como os jornais tinham uma estrutura artesanal, fundá-los não exigia investimentos iniciais altos. Para os padrões da época, abrir um jornal era relativamente barato. Isso facilitou a proliferação de títulos e permitiu que a imprensa fosse – nas palavras de Juarez Bahia – uma “aventura individual”. Qualquer indivíduo letrado –



fosse literato, médico, clérigo, militar etc. – que desejasse atuar na vida pública encontrava relativa facilidade para rodar o seu jornal.¹

No fim do século XIX e no início do século XX, sem dúvida alguma, os jornais de estrutura simples começaram a ser substituídos por empresas jornalísticas com estrutura complexa, dotadas de equipamentos gráficos sofisticados. Novos processos de produção foram introduzidos e as tipografias perderam o seu espírito artesanal para conquistar a posição de indústria gráfica. Na maioria das grandes cidades, houve uma redução considerável do número de impressos. Muitos veículos pequenos desapareceram e poucos surgiram no seu lugar. Esses, porém, eram bem mais estáveis e regulares.

O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, tornou-se inviável, uma vez que montar uma empresa jornalística passou a exigir capitais cada vez maiores. Somente indivíduos ou grupos capazes de reunir grandes recursos podiam fazer face aos altos investimentos exigidos pelos novos aperfeiçoamentos técnicos.

Ao incorporarem uma lógica de mercado, os jornais começam a buscar novas formas de legitimação. Apesar de continuarem atrelados a interesses políticos e ideológicos específicos, começaram a se apresentar como neutros e imparciais. A centralidade da sua narrativa passou a ser os fatos, os acontecimentos. A imprensa, cada vez mais, se guiava pelo princípio da notícia. Isto significa que, no mesmo movimento em que se tornaram empresa, os jornais também tenderam a se apresentar como mais informativos.

Os jornais-panfletos

No processo da independência, houve uma verdadeira explosão da palavra impressa. Além de periódicos, proliferaram vários tipos de impressos: panfletos, manifestos, proclamações etc. Inicialmente, a discussão era sobre a posição que o imperador deveria

¹ A proliferação da imprensa a partir de 1821 foi resultado da liberdade de expressão surgida com o constitucionalismo. O fim da censura prévia possibilitou, sem dúvida, o crescimento da imprensa periódica no Brasil, mas é importante sublinhar que a liberdade de imprensa no país não seguiu uma evolução linear nesse período. Constantes alterações na legislação significaram momentos de recuo e de expansão. Além disso, os homens que se dedicavam à atividade da imprensa eram constantemente submetidos às mais variadas formas de arbítrio. Era comum jornais serem empastelados e jornalistas, ameaçados, espancados ou presos.

adotar frente as exigência dos liberais de Lisboa: deveria a família real permanecer no Brasil ou retornar a Portugal?

No primeiro momento, os impressos não se apontavam necessariamente para a emancipação política, mas sim para o reforço do papel do Brasil no interior do reino português. Mas, conforme a posição dos portugueses foi endurecendo, os debates foram ganhando intensidade e subindo de tom. O antagonismo foi se acentuando na medida em que aumentavam às pressões de Portugal sobre o Brasil. O tema da independência começou aparecer de forma mais clara entre os fins de 1821 e início de 1822.

Posteriormente, em 1831, a imprensa ajudou a preparar um ambiente favorável ao afastamento do imperador. Exerceu uma função agitadora nos momentos mais tensos e decisivos, como na Noite das Garrafadas, por exemplo. Nos jornais de oposição, as críticas não se dirigiam só ao imperador; atingiam também deputados, ministro e altos funcionários do governo.

O *Conciliador do Reino Unido*, de José da Silva Lisboa (Cairu), inaugurou a imprensa como espaço de polêmicas e de debates de idéias, como arena de luta e confrontos. Cairu (1756-1835) era um legalista, um conservador. Baiano, diplomado pela Universidade de Coimbra, lecionou em Portugal e no Brasil, e foi deputado e funcionário da Mesa de Rendas da Bahia. Era um dos mais influentes políticos da regência e do primeiro reinado. Em 1808, foi nomeado membro da junta diretora da Impressão Régia. Era, concretamente, responsável pela censura prévia. Seu papel de censor foi ampliado com a nomeação, em 1821, para o cargo de Inspetor dos Estabelecimentos Literários, responsável pela censura de todas as obras.

Cairu era contra a liberdade de opinião, mas por ironia acaba inaugurando a imprensa como lugar de polêmicas. No *Conciliador*, Cairu discorria sobre a liberdade de imprensa, recomendando que – ao praticá-la – se evitasse quaisquer exageros.

Além do *Conciliador*, Cairu editou oito pequenos jornais, além de inúmeros panfletos políticos. Seus periódicos mais conhecidos foram: *Sabatina Familiar de Amigos do Bem-Comum*, *Reclamação do Brasil* e *Atalaia*. Colaborou também, durante um tempo, com o jornal *Diário do Rio de Janeiro*. Em seus escritos, sempre afirmou a sua lealdade à monarquia. Escreveu contra a Confederação do Equador, contra a abdicação e contra a reforma constitucional (era a favor da vitaliciedade). Entrou em confronto ideológico com

várias figuras proeminentes, como José Bonifácio (em 1828) e Cipriano Barata (em 1931).
(BAHIA)

Nesse contexto, merece também destaque *O Espelho*, jornal criado em outubro de 1821 por Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, o mesmo que havia redigido a *Gazeta do Rio de Janeiro*, de 1812 a 1821, e *O Patriota*, em 1813. Nele, escrevia anonimamente o próprio imperador, usando de uma linguagem grosseira, com palavrões e termos baixo calão.

Outro jornal emblemático dessa época, que assumia posição oposta às dos periódicos do Cairu e de *O Espelho*, foi o *Revérbero Constitucional Fluminense*. O jornal surgiu em 15 de setembro de 1821, tendo como redatores Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Extinguiu-se no número 48, logo após a independência, em 8 de outubro de 1822, quando seus redatores foram forçados a abandonar o país.

A Malagueta foi outro jornal liberal importante. O seu primeiro saiu em 18 de dezembro de 1821, em plena crise do Fico. Seu redator e diretor, o português Luiz Augusto May, foi um dos maiores polemistas da Independência. O jornal, de forte oposição, usava um tom coloquial e se constituía quase exclusivamente de artigos panfletários. May usava uma linguagem apaixonada e radical, que incomodava o governo. Sofreu vários atentados. Devido a um deles, ficou aleijado da mão esquerda.

Correio do Rio de Janeiro, fundado em abril 1822 por João Soares Lisboa, era um dos jornais mais populares do seu tempo, assim como *A Sentinela da Liberdade*, de Cipriano Barata. *A Sentinela* circulou por todo o país como sinônimo de jornalismo de combate. O periódico mantinha sempre as palavras “sentinela da liberdade”, mas mudava o final do título do jornal dependendo do local em que era publicado: “... à beira da Praia Grande”, “... na Guarita de Pernambuco” etc.

Outro destaque da imprensa foi o jornal *O Tífis Pernambucano*, fundado por Frei Caneca em 15 de janeiro de 1823. Frei Joaquim do Amor Divino Caneca era contemporâneo de Cipriano Barata e compartilhava com ele as mesmas idéias liberais. Defendia a independência; era antiabsolutista e constitucionalista. Também como Barata, participara da revolução pernambucana de 1817. Por isso, ficou quatro anos preso. Foi um dos principais líderes da Confederação do Equador e acabou sendo fuzilado em 15 de janeiro de 1825.



O Tamoio (1823) era o jornal dos irmãos Andrada, de oposição ao imperador. O título era uma homenagem aos índios que se aliaram a Villegaignon contra os portugueses. Logo após o fechamento da Constituinte, o jornal foi extinto e os irmãos Andrada, presos.

Outro destaque da imprensa do primeiro reinado foi *A Aurora Fluminense*, lançada em 1827 por Evaristo da Veiga. O jornal defendia o regime representativo, a livre manifestação do pensamento e a modernização das instituições. Sua linguagem era irônica, mas elegante. Segundo Juarez Bahia, no período de 1831 a 1833, chegou a ser o jornal de maior tiragem do Rio de Janeiro.

A linguagem que caracterizava a maioria desses periódicos era, como já dissemos, extremamente agressiva e virulenta. Isabel Lustosa deu ao seu livro sobre a imprensa desse período o título de *Insultos Impressos*. O nome é bastante sugestivo do tipo de jornalismo que se fazia então, marcado pela discussão desabrida, pela artilharia verbal. Não era raro que se veiculassem ofensas pessoais, insultos, xingamentos nas páginas dos periódicos. Como lembra a autora, cada um escrevia o que bem entendia, e o jornais mais do que noticiar, produziam acontecimentos.²

Vários motivos explicam o nível de violência a que chegaram os debates na imprensa dessa época. O primeiro deles diz respeito ao próprio contexto de instabilidade política e falta de regulamentação em relação à imprensa. Passou-se da noite para o dia da censura prévia à liberdade total, e os sujeitos ainda testavam os seus limites de sua atuação. Além disso, a popularização do prelo trouxe para as páginas dos periódicos elementos da oralidade no que essa tinha de mais popular e coloquial. E, por último, é bom lembrar esse período marcou a emergência de uma elite não tinha o hábito de vida pública. O país estava se tornando uma nação independente, modelando suas instituições e aprendendo a se confrontar suas idéias num espaço público. Nesse processo de aprendizado, de negociações e produções de consenso era normal que excessos fossem cometidos (LUSTOSA, 2000: 16)

Qual era a lógica que permeava a produção do jornal-panfleto? Um aspecto importante a ser ressaltado é o papel que a imprensa tinha no debate público de opiniões. A imprensa foi fundamental na criação de um espaço público. (Cf. RIBEIRO; LUSTOSA)

² É interessante observar que, ao lado dos jornais políticos sérios e sisudos, surgiram também, nesse período, vários pasquins de humor, caracterizados por uma linguagem divertida e mordaz.



Marco Morel e Mariana de Barros lembram que havia uma circulação significativa de impressos da corte e das províncias pelo território brasileiro, o que criava uma rede interligando os círculos letrados. Pelos impressos, as pessoas manifestavam-se publicamente, se aliavam, se insultavam e se conheciam. Era comum um jornal comentar o que o outro publicava ou mesmo reproduzir na íntegra um texto divulgado em primeira mão nas páginas de outro.

Jornais empresa? Um capítulo à parte?

Ao lado da pequena imprensa político-panfletária, predominante e hegemônica no período da independência e do primeiro reinado, surgiram também alguns poucos jornais independentes, mais informativos e organizados a partir da lógica de empresa. Fossem conservadores ou liberais, esses periódicos buscavam exibir uma certa neutralidade e indiferença diante dos acontecimentos.

Claro que, ao ler esses periódicos hoje, eles nos parecem extremamente parciais e engajados. E o eram mesmo. Mas não da mesma maneira que *O Tífis Pernambucano*, *O Tamoio*, a *Sentinela da Liberdade* e *A Malagueta*. Seus posicionamentos eram menos explícitos e seus comprometimentos eram de outra ordem.

O *Diário do Rio de Janeiro* foi fundado em junho de 1821 pelo português Zeferino Vito Meirelles. Foi o primeiro jornal a circular diariamente e é considerado um dos primeiros a ser, realmente, informativo. Procurava se manter indiferente aos acontecimentos políticos. Publicava anúncios e notícias sobre furtos, crimes, espetáculos, compra, venda, achados, aluguéis, movimentos de navios, venda, leilões e fuga de escravos. Distanciava-se tanto da política que não noticiou nem a proclamação da independência. O jornal só falou sobre o assunto 15 dias depois, em 22 de setembro. No entanto, os limites do seu “não-engajamento” eram claros. Em agosto de 1822, seu fundador foi morto. Mas o jornal continuou a circular. Só foi extinto em 1878.

O *Diário de Pernambuco* foi fundado, em 1825, por Antônio José de Miranda Falcão. Em 1831, foi vendido para Manoel Figueiroa de Faria, que o dirigiu até 1866. Custava 40 réis e foi criado como uma simples folha de anúncios, com avisos de compra, venda, leilões, aluguéis, arrendamentos, aforamentos, roubos, perdas, fugas e apreensões de escravos, viagens, além de informar sobre a entrada e a saída de embarcações no Porto do



Recife. Segundo Juarez Bahia, em 1954, ao lado do *Jornal do Commercio*, o *Diário de Pernambuco* era considerado o melhor jornal do Império do Brasil.

O *Jornal do Commercio* foi fundado em 1827 pelo francês Pierre Plancher. Numa época em que a maioria das publicações tinha um caráter efêmero, se afirmou – com sua linguagem austera – como um órgão tradicional e respeitado. No início, mesmo já sendo uma empresa sólida e de prestígio, tinha uma tiragem pequena, em torno dos 15 mil exemplares. Era lido pela elite econômica e cultural: comerciantes, alta administração, aristocracia cafeeira etc.

Pierre Plancher – um bonapartista fervoroso – exilara-se da França, fugindo da Restauração. Em Paris, tinha sido dono de uma editora, que publicava as obras de Benjamin Constant, Voltaire, Chateaubriand de Talleyrand e outros. No Brasil, abriu uma livraria na Rua do Ouvidor e começou a editar algumas obras. Em 1824, fundou um pequeno jornal, o *Spectador Brasileiro*, que durou até 1827, ano do aparecimento do *Jornal do Commercio*.

O *Jornal do Commercio*, a princípio, seria apenas um órgão de informações comerciais e marítimas, noticiando as chegadas e saídas de navios, compras e vendas de escravos etc. Um ano após o seu aparecimento, entretanto, Plancher resolveu lhe imprimir uma orientação mais ampla, incluindo na sua cobertura os assuntos de política e literatura.

Plancher trouxe de seu país a técnica e a experiência jornalística, fixando padrões de qualidade a serem adotados por toda a imprensa. O jornal foi durante mais de 60 anos dirigido por franceses, que experimentavam aqui, quase que simultaneamente, todos os processos inventados em Paris. O folhetim, por exemplo, começou a ser publicado pelo *Jornal do Commercio* já no seu segundo ano de circulação.

É bom lembrar que dos três jornais estudados aqui, dois (*Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Commercio*) ainda existem até hoje.

Algumas considerações

Depois da análise desses periódicos, muitas perguntas permanecem sem resposta. Numa época em que a imprensa se caracterizava pela sua efemeridade, o que garantia estabilidade e permanência a esses jornais? Com um mercado consumidor tão restrito, o que dava solidez as essas empresas?



Bibliografia:

- BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo, Ática, 1990.
- _____. *Três Fases da Imprensa Brasileira*. Santos, Ed. Presença, 1960.
- BARBOSA, Marialva. *Os Donos do Rio*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2000.
- BARROS, Teodoro. *A contribuição da Ciência da Administração no desenvolvimento do jornal-empresa*. Niterói, tese de livre docência, IACS/UFF, 1975.
- CARDIM, Elmano. *No sesquicentenário do Jornal do Commercio*. RJ, 1978.
- Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, Forense Universitária, Finep, 1984.
- IPANEMA, Marcelo e IPANEMA, Cybelle de. *História da Comunicação*. Brasília, Univ. de Brasília, 1967.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência, 1821-1823*. SP, Cia das Letras, 2000.
- _____. *O nascimento da imprensa brasileira*. RJ, Jorge Zahar, 2003.
- MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.
- MOREL, Marco. *Frei Caneca: entre Marília e a Pátria*. Rio de Janeiro, FGV, 2000.
- RIBEIRO, Lavinia Madeira. *Imprensa e Espaço Público: a institucionalização do jornalismo no Brasil – 1808-1964*. Rio de Janeiro, E-papers, 2004.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do séc. XIX*. SP, Companhia das Letras, 1987.
- SILVEIRA, Argemiro. “Alguns apontamentos biográficos de Libero Badaró”. In *Revista do Instituto Histórico*
- SODRÉ, Nelson Werneck Sodré. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.